



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

TERMO DE REFERÊNCIA
ART. 75, INCISO VIII, DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo especificar e definir algumas condições para a Aquisição de materiais de construção destinados à edificação de uma unidade habitacional de padrão misto, composta por estrutura em madeira e alvenaria, com área total aproximada de 42 m², conforme especificações técnicas, quantitativos e demais condições estabelecidas no projeto básico e seus anexos.

2. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

2.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, Critério de julgamento: pelo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, Fundamento Legal: Artigo 75, inciso VIII, da Lei 14.133/2021.

3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

3.1 O quantitativo corresponde à demanda conforme justificativa apresentada no Documento de Formalização de Demanda - DFD pela Secretaria Municipal demandante.

3.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

3.3 Os itens que compõem esta licitação têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Termo de Dispensa, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Segue abaixo, planilha contendo maior detalhamento dos itens a serem adquiridos:

LOTE 1 – MATERIAIS:			
Item	Descrição	Ref.	Quant.
01	Tabua bruta 20cm 5,4mt	Pç	20
02	Linha Mad 5x10cm pinus 5,40mt	Pç	20
03	Ripa 5x5cm pinus 5,40mt	Pç	40
04	Divisória pinus	Pç	25
05	Perfil “U” 2,70mt pinus	Pç	04
06	Guias 10cm pinus 5,4mt	Pç	70
07	Espelho 14cm pinheiro 5,40mt	Pç	06
08	Ripa 2,5x5cm pinus 5,40mt	Pç	40
09	Rodapé pinus 2,70mt	Pç	12
10	Parede externa eucalipto	M ²	85
11	Vista de eucalipto plainada	Un	20
12	Treliça TG8 6mts	Un	12

(55) 9 9199-9431

www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br

pmsaopedro@hotmail.com - gabinetepmsaopedro@hotmail.com

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões
Todos Por São Pedro
ADM: 2025-2028



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

13	Arame queimado n16	Kg	03
14	Pedra mão	M ³	03
15	Prego 16x24	Kg	12
16	Telha 1,83mt 6mm	Un	16
17	Telha 2,13mt 6mm	Un	17
18	Cumeeira 6mm	Un	08
19	Prego 18x30	Kg	10
20	Prego 19x39	Kg	06
21	Prego 12x12	Kg	02
22	Cemalha PVC branca 6mt	Pç	20
23	Parafuso telheiro 5/16	Un	100
24	Forro PV 10cm	M ²	80
25	Janela guilhotina 1,00x1,20	Un	04
26	Porta externa 0,80x2,10 euc.	Un	02
27	Porta interna MDF 70cm	Un	03
28	Basculante 0,60x0,40	Un	01
29	Selador 18lt	Un	02
30	Tinta óleo 18l branco	Bld	02
31	Tinta óleo 3,6l marrom	Gl	08
32	Solvente 5lts	Un	04
33	Rolo lã 23 cm	Un	03
34	Vaso sanitário branco	Un	01
35	Cano p/cx descarga	Un	01
36	Caixa de descarga branco	Un	01
37	Assento sanit branco	Un	01
38	Espude ligação	Un	01
39	Coluna louça branca	Un	01
40	Lavatório louça branca	Un	01
41	Engate flexível 50cm	Un	02
42	Válvula lavatório	Un	01
43	Sifão 1,50mt	Un	01
44	Anel de vedação vaso sanit	Un	01
45	Cano sold. 20mm 6mt	Br	06
46	Cano esgoto 50mm 6mt	Br	03
47	Cano esgoto 100mm 6mt	Br	03
48	Joelho esgoto 100mm	Un	02
49	Ralo 100x100x50	Un	01
50	Joelhos esgoto 50mm	Un	02
51	Adesivo PVC 850g	Un	01
52	Registro PVC 20mm	Un	02
53	Torneira p/lavatório	Un	01
54	Torneira p/cozinha	Un	01
55	Joelho sold 20mm	Un	10
56	Luva sold 20mm	Un	06
57	Joelho sold 20x1/2	Un	06
58	Fio 2x2,5mm ²	Mt	100

(55) 9 9199-9431

www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br

pmsaopedro@hotmail.com - gabinetepmsaopedro@hotmail.com

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões
Todos Por São Pedro

ADM: 2025-2028



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

59	Fio 6mm²		
60	Plafon suporte	Mt	60
61	Lâmpada led 15w	Un	06
62	Tomada sobrepôr 20A	Un	06
63	Fita isolante 10mt	Un	10
64	Canaleta dupla face	Un	03
65	Caixa embutir 2x4	Un	12
66	Interruptor + tomada embutir	Un	01
67	Mangueira corrugada 3/4	Un	01
68	Chuveiro elétrico 7500w	Mt	06
69	Revestimento 32x60cm	Un	01
70	Cerâmica piso 45x45cm	M²	20
71	Argamassa ac2 20kg	M²	46
72	Alvenarite 1lt	Sc	30
73	Rejunte flexível	Un	02
74	Tijolo 9 furos 24x11x14cm	Kg	10
75	Cal comum 20kg	Un	600
76	Massa fina 20 kg	Sc	06
77	Areia media	Sc	06
78	Areia grossa	M³	02
79	Pedra brita	M³	05
80	Cimento 50kg	M³	05
81	Pedra areia 19cm	Sc	35
		Un	100
LOTE 2 – MÃO DE OBRA:			
Item	Descrição	Ref	Quant.
01	Etapla 1 – Alicerce (fundação e base)	Mão de obra	01
02	Etapla 2 – Levantamento da estrutura (paredes, cobertura e divisórias internas)	Mão de obra	01
03	Etapla 3 – Pintura	Mão de obra	01
04	Etapla 4 – Conclusão (acabamentos finais, revisão e limpeza pós-obra)	Mão de obra	01

3.4 O prazo de vigência do contrato será de 04 (quatro) meses, contados da assinatura do contrato, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a necessidade e o interesse público.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

4.1 FUNDAMENTAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formalização de Demanda, anexo aos autos do processo licitatório.

4.2 JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais de construção destinados

(55) 9 9199-9431

www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br

pmsaopedro@hotmail.com - gabinetepmsaopedro@hotmail.com

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões
Todos Por São Pedro
ADM: 2025-2028



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

à execução, em etapas, de uma unidade habitacional mista (estrutura em madeira e alvenaria), com área total estimada em 42 m², conforme especificações constantes no projeto básico. A iniciativa decorre da autorização legislativa conferida pelo Projeto de Lei nº 14/2025, aprovado e sancionado pela Lei Municipal nº 886/2025. A medida possui caráter emergencial e excepcional, fundamentada na necessidade de atendimento imediato a uma família em situação de grave vulnerabilidade social, cuja residência foi completamente destruída por incêndio. A ocorrência foi formalmente apurada por meio de relatório técnico elaborado pela Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social, que concluiu pela urgência da intervenção habitacional. A família beneficiária é composta por cinco pessoas, incluindo três crianças e uma gestante, atualmente desabrigadas e sobrevivendo com recursos advindos exclusivamente do Programa Bolsa Família e de atividades informais de subsistência. A análise social classificou o caso como prioritário para recebimento de auxílio material emergencial, diante da total ausência de condições dignas de moradia. Sob o ponto de vista jurídico e administrativo, a iniciativa encontra respaldo nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF/88), da função social das políticas públicas assistenciais (art. 203 da CF/88), bem como nas disposições da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993), que autoriza, expressamente, a adoção de medidas emergenciais de proteção à família, à maternidade, à infância e em situações de calamidade pessoal. No presente caso, a legalidade do procedimento é reforçada pela existência de respaldo legislativo específico, pela documentação comprobatória da situação emergencial e pela elaboração de projeto técnico detalhado. Ressalte-se que a Lei Municipal nº 886/2025 autorizou expressamente o Poder Executivo a conceder, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, auxílio material para reconstrução da moradia, ficando a cargo da Administração o acompanhamento técnico da obra, com observância das normas de habitabilidade, segurança e infraestrutura básica. A execução será realizada de forma planejada e fracionada, conforme cronograma técnico elaborado pela equipe de engenharia do Município, respeitando os limites orçamentários e assegurando o controle efetivo da aplicação dos insumos. Tal planejamento visa garantir a economicidade, a eficiência e a transparência na utilização dos recursos públicos. Dessa forma, a presente contratação encontra-se plenamente justificada sob os aspectos social, legal e técnico, traduzindo-se em medida necessária para assegurar o mínimo existencial à família atingida, bem como para concretizar o compromisso da Administração Pública com a proteção dos mais vulneráveis e a efetivação dos direitos fundamentais à moradia digna e à assistência social.

5. PREVISÃO NO PCA

O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, tendo em vista que este instrumento de governança ainda não tenha sido elaborado pelo Município de São Pedro das Missões/RS, entretanto o município está em vias de elaboração de seu PCA.

6. FUNDAMENTAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

(55) 9 9199-9431

www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br

pmsaopedro@hotmail.com - gabinetepmsaopedro@hotmail.com

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões
Todos Por São Pedro
ADM: 2025-2028



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

É cediço que, em razão do ordenamento vigente, a licitação pública é obrigatória. No entanto, também é cediço que essa obrigatoriedade tem por finalidade a proteção do interesse público em razão da possibilidade da prática de atos imorais, atos esses evitados pela pessoalidade e que possam acarretar tratamento discriminatório não previsto em lei.

O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese dispensa de licitação, amparado no art. 75, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme parecer jurídico e justificativas presentes nos autos.

O motivo maior da existência da licitação pública é o respeito ao Princípio Constitucional da Isonomia, uma vez que o Contrato Administrativo decorrente da licitação pública vem ao final trazer benefícios econômicos ao contratado e, por esse motivo, todos aqueles potenciais interessados em contratar com a Administração Pública devem, nos termos da legislação vigente, ser tratados de maneira isonômica por parte da Administração Pública.

Neste sentido, a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio é de que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, conforme a redação do art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, não deixando dúvidas o acima exposto. Entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da CRFB de 1988 reza que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, conforme transcrição a seguir:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Em mesmo sentido, e conforme redação do art. 75, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, são autorizadas contratações de forma direta.

Desta feita, a rigor, as compras, serviços, obras, alienações e locações realizadas no âmbito da Administração Pública Brasileira serão precedidos de processo licitatório, conforme fixa o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, Niebuhr (2015, p. 123):

[...] a licitação pública é obrigatória em tributo aos princípios regentes da Administração Pública, que visam proteger o interesse público de atos imorais, marcados pela pessoalidade e, com destaque,

(55) 9 9199-9431

www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br

pmsaopedro@hotmail.com - gabinetepmsaopedro@hotmail.com

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões
Todos Por São Pedro
ADM: 2025-2028



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

que imputem aos membros da coletividade tratamento discriminatório apartado da razoabilidade [...].

Analisando o tema a doutrina pátria manifesta-se no mesmo sentido, conforme transcrição a seguir:

O fato é que, de modo muito claro, a regra é a obrigatoriedade de licitação pública, e a exceção se refere aos casos especificados pela legislação, que, como visto, redundam em inexigibilidade e dispensa. Bem se vê que o constituinte atribuiu competência ao legislador para integrar o dispositivo, declinando os casos em que a licitação pública não se impõe. Entretanto, o constituinte não permitiu que o legislador criasse hipóteses de dispensa não plausíveis, pois, se assim tivesse procedido, este último poderia subverter a própria regra constitucional relativa à obrigatoriedade de licitação.

Com efeito, as contratações diretas constituem exceções à regra geral e, como tal, somente podem ser realizadas nos estreitos limites fixados pela legislação vigente.

. No arcabouço jurídico pátrio, existem duas possibilidades de contratação direta, quais sejam:

- a) por dispensa de licitação; ou
- b) por inexigibilidade de licitação.

Especificamente, para o caso em tela, o art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, autoriza a dispensa de licitação, porquanto prevê a dispensa de licitação para contratações que envolvam valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizado pelo Decreto nº 12.343/2024, para R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

Dessa forma, a contratação das empresas: **ROBSON SIGNORI STEIN LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 27.383.821/0001-00, com sede na Rua 15 de Novembro, s/n, Centro, na cidade de São Pedro das Missões/RS e **ANDERSON ANDRÉ RODRIGUES ZANDONÁ**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 37.064.801/0001-20, com sede na VL Esquina Bonita, nº 200, interior, na cidade de São Pedro das Missões/RS, por meio de dispensa de licitação, além de encontrar amparo na legislação vigente é a solução mais adequada para suprir a necessidade da Prefeitura Municipal de São Pedro das Missões/RS.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na aquisição de materiais de construção destinados à edificação, em caráter emergencial, de uma unidade habitacional de padrão misto (estrutura em madeira e alvenaria), com área total aproximada de 42 m². A iniciativa visa atender uma família em situação de grave vulnerabilidade social, cuja residência foi totalmente destruída por incêndio, conforme atestado em laudo técnico da Assistência

(55) 9 9199-9431

www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br

pmsaopedro@hotmail.com - gabinetepmsaopedro@hotmail.com

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões
Todos Por São Pedro
ADM: 2025-2028



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

Social. A construção da unidade habitacional será executada em etapas planejadas, sob supervisão da equipe de engenharia da Secretaria Municipal de Obras e em articulação com a Secretaria Municipal de Assistência Social, que será responsável pelo acompanhamento social da família beneficiária. A execução seguirá padrões técnicos e normativos definidos pela ABNT, assegurando as condições mínimas de habitabilidade, salubridade, segurança e funcionalidade, compatíveis com moradias de interesse social. Os materiais adquiridos serão entregues diretamente no local da obra, conforme cronograma físico-financeiro previamente estabelecido, e sua aplicação será restrita à finalidade prevista no projeto básico. A execução por etapas permite o controle rigoroso do uso dos recursos, garantindo a transparência e a prestação de contas perante os órgãos de fiscalização. A proposta busca oferecer uma solução habitacional eficaz, viável e adaptada à realidade socioeconômica da família, promovendo o acesso ao direito fundamental à moradia digna. Ao mesmo tempo, reforça o compromisso da Administração Pública com a proteção social de pessoas em situação de risco, com foco na eficiência da política pública e na observância dos princípios da legalidade, economicidade, publicidade e moralidade administrativa.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os itens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

8.1 SUSTENTABILIDADE

Não será exigido critérios de sustentabilidade.

8.2 INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

Na presente contratação não será solicitado a indicação de marcas ou modelos específico.

8.3 VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO

A Administração Pública Municipal não possui nenhuma vedação de marca/produto referente a este objeto.

8.4 DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

Não será necessário a apresentação de amostra.

8.5 DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

Na presente Licitação não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

(55) 9 9199-9431

www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br

pmsaopedro@hotmail.com - gabinete@pmsaopedro@hotmail.com

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões
Todos Por São Pedro

ADM: 2025-2028



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

8.6 SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

8.7 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.8 IMPACTOS AMBIENTAIS

A execução da presente contratação, voltada à edificação de uma unidade habitacional de padrão misto (madeira e alvenaria), apresenta baixo impacto ambiental. Trata-se de uma construção de pequeno porte, com área total aproximada de 42 m², cujas atividades estão restritas a um único local e serão realizadas com materiais convencionais, dentro dos padrões técnicos estabelecidos pelas normas da ABNT. Os impactos ambientais mais prováveis estão relacionados à geração de resíduos sólidos da construção civil, ao consumo de recursos naturais (como água e energia elétrica durante a execução) e a eventuais emissões de poeira e ruídos no entorno imediato da obra. Contudo, tais impactos são localizados, temporários e plenamente mitigáveis mediante boas práticas de engenharia e gestão ambiental, tais como: armazenamento adequado dos materiais, destinação correta dos resíduos, uso racional de recursos e controle das atividades geradoras de poluição. Adicionalmente, a construção será realizada em área urbana já consolidada, o que evita supressão de vegetação nativa ou interferência em áreas de preservação permanente. O projeto técnico contempla orientações voltadas à segurança, salubridade e sustentabilidade da edificação, considerando inclusive a ventilação e a iluminação naturais, além da utilização de insumos com menor potencial poluente. Dessa forma, conclui-se que os possíveis impactos ambientais decorrentes da execução da unidade habitacional são mínimos e controláveis, não comprometendo a viabilidade ambiental da iniciativa.

9. FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Na designação de agente público para atuar como Fiscal ou Gestor de Contratos de que trata a Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, a autoridade municipal observará o seguinte:

(55) 9 9199-9431

www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br
pmsaopedro@hotmail.com - gabinetepmsaopedro@hotmail.com
Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões
Todos Por São Pedro
ADM: 2025-2028



Prefeitura Municipal de São Pedro das Missões

§ 1º - O Fiscal de Contratos ou Equipe de Acompanhamento de Contratos contará com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sempre que entender necessário.

§ 2º - O apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno restringir-se-á a questões formais em que pairar dúvida fundamentada do Fiscal ou Gestor de contratos.

§ 3º - O Fiscal de Contratos ou Equipe de Acompanhamento de Contratos contará com o apoio dos órgãos técnicos para O desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sempre que entender necessário.

9.1. Fiscal de Contrato

O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

O Fiscal de Contrato contará com o apoio dos órgãos técnicos, órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais a execução do disposto na Lei nº 14.133, sempre que entender necessário (Lei nº 14.133, de 2021, art. 115, §3º).

9.2 Gestor do Contrato

Ao Gestor de Contratos incumbe gerenciar as relações firmadas com a contratada, analisando dados, informações e pareceres técnicos dos fiscais quanto a execução do objeto, a avaliação da qualidade dos resultados obtidos, bem como informações atualizadas que viabilizem a tomada de decisão relacionada a manutenção, ou não, das condições contratuais, zelando para que a execução ocorra de forma mais econômica e que atenda às necessidades de planejamento da Autarquia.

10. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

10.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado em moeda nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de conclusão da execução dos serviços e a devida conferência pelo setor competente. O pagamento será por meio de depósito em conta corrente, mediante Ordem Bancária.

10.2. Havendo incorreção no documento de cobrança ou qualquer outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente, e o pagamento susado até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte do Contratante.

10.3. A nota fiscal deverá ser emitida ao Município de São Pedro das Missões/RS e deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do n.º do contrato e n.º do Processo e da Dispensa, a fim de se acelerar o trâmite de liberação do documento fiscal para pagamento.

(55) 9 9199-9431

www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br

pmsaopedro@hotmail.com - gabinetepmsaopedro@hotmail.com

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões
Todos Por São Pedro
ADM. 2025-2028



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

10.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

10.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.6. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b) Documento de identidade do dirigente, proprietário ou sócio com poderes de administração, nos termos do artigo 2º da Lei Federal n. 12.037/09;

11.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, e obrigatoriamente o Municipal (Alvará de Localização ou Certidão de Inscrição Municipal), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal do local da sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

e) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

11.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

12. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO, REPACTUAÇÃO OU REAJUSTE GERAL

12.1 Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nas seguintes situações:





Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- d) poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12.2 Adotar-se-á o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), para fins de reajuste geral de reposição.

13. DAS SANÇÕES

Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo secretário municipal da pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I – advertência;
 - II – multa;
 - III – impedimento de licitar e contratar;
 - IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II – as peculiaridades do caso concreto;
 - III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração

(55) 9 9199-9431

www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br

pmsaopedro@hotmail.com - gabinetepmsaopedro@hotmail.com

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões
Todos Por São Pedro

ADM: 2025-2028



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I – Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II – Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

14.1. Estima-se para a contratação almejada o valor total de **R\$ 58.795,90 (cinquenta e oito mil, setecentos e noventa e cinco reais e noventa centavos)**, conforme abaixo:

LOTE 1 – MATERIAIS:					
Item	Descrição	Ref.	Quant.	Valor unit. R\$	Valor total R\$
01	Tabua bruta 20cm 5,4mt	Pç	20	39,90	798,00
02	Linha Mad 5x10cm pinus 5,40mt	Pç	20	42,00	840,00
03	Ripa 5x5cm pinus 5,40mt	Pç	40	23,00	920,00
04	Divisória pinus	Pç	25	49,90	1.247,50
05	Perfil “U” 2,70mt pinus	Pç	04	22,00	88,00
06	Guias 10cm pinus 5,4mt	Pç	70	24,90	1.743,00
07	Espelho 14cm pinheiro 5,40mt	Pç	06	148,50	891,00
08	Ripa 2,5x5cm pinus 5,40mt	Pç	40	12,90	516,00
09	Rodapé pinus 2,70mt	Pç	12	15,00	180,00

(55) 9 9199-9431

www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br

pmsaopedro@hotmail.com - gabinetepmsaopedro@hotmail.com

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões
Todos Por São Pedro

ADM: 2025-2028



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

10	Parede externa eucalipto	M²	85	85,00	7.225,00
11	Vista de eucalipto pleinada	Un	20	12,00	240,00
12	Treliça TG8 6mts	Un	12	65,00	780,00
13	Arame queimado n16	Kg	03	28,00	84,00
14	Pedra mão	M³	03	110,00	330,00
15	Prego 16x24	Kg	12	22,90	274,80
16	Telha 1,83mt 6mm	Un	16	66,90	1.070,40
17	Telha 2,13mt 6mm	Un	17	78,90	1.341,30
18	Cumceira 6mm	Un	08	57,90	463,20
19	Prego 18x30	Kg	10	19,90	199,00
20	Prego 19x39	Kg	06	19,90	119,40
21	Prego 12x12	Kg	02	28,90	57,80
22	Cemalha PVC branca 6mt	Pç	20	52,00	1.040,00
23	Parafuso telheiro 5/16	Un	100	1,50	150,00
24	Forro PV 10cm	M²	80	26,90	2.152,00
25	Janela guilhotina 1,00x1,20	Un	04	450,00	1.800,00
26	Porta externa 0,80x2,10 euc.	Un	02	815,00	1.630,00
27	Porta interna MDF 70cm	Un	03	380,00	1.140,00
28	Basculante 0,60x0,40	Un	01	180,00	180,00
29	Selador 18lt	Un	02	130,00	260,00
30	Tinta óleo 18l branco	Bld	02	490,00	980,00
31	Tinta óleo 3,6l marrom	Gl	08	110,00	880,00
32	Solvente 5lts	Un	04	99,00	396,00
33	Rolo lâ 23 cm	Un	03	29,90	89,70
34	Vaso sanitário branco	Un	01	279,00	279,00
35	Cano p/cx descarga	Un	01	36,90	36,90
36	Caixa de descarga branco	Un	01	55,00	55,00
37	Assento sanit branco	Un	01	75,00	75,00
38	Espude ligação	Un	01	9,00	9,00
39	Coluna louça branca	Un	01	105,00	105,00
40	Lavatório louça branca	Un	01	135,00	135,00
41	Engate flexível 50cm	Un	02	7,90	15,80
42	Válvula lavatório	Un	01	12,00	12,00
43	Sifão 1,50mt	Un	01	18,00	18,00
44	Anel de vedação vaso sanit	Un	01	10,00	10,00
45	Cano sold. 20mm 6mt	Br	06	20,00	120,00
46	Cano esgoto 50mm 6mt	Br	03	60,00	180,00
47	Cano esgoto 100mm 6mt	Br	03	79,00	237,00
48	Joelho esgoto 100mm	Un	02	16,00	32,00
49	Ralo 100x100x50	Un	01	18,00	18,00
50	Joelhos esgoto 50mm	Un	02	9,00	18,00
51	Adesivo PVC 850g	Un	01	80,00	80,00
52	Registro PVC 20mm	Un	02	39,00	78,00
53	Torneira p/lavatório	Un	01	49,90	49,90
54	Torneira p/cozinha	Un	01	39,00	39,00
55	Joelho sold 20mm	Un	10	2,00	20,00

(55) 9 9199-9431

www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br

pmsaopedro@hotmail.com - gabinetepmsaopedro@hotmail.com

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões
Todos Por São Pedro
ADM: 2025-2028



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

56	Luva sold 20mm	Un	06	2,00	12,00
57	Joelho sold 20x1/2	Un	06	2,50	15,00
58	Fio 2x2,5mm ²	Mt	100	6,90	690,00
59	Fio 6mm ²	Mt	60	6,50	390,00
60	Plafon suporte	Un	06	12,00	72,00
61	Lâmpada led 15w	Un	06	15,00	90,00
62	Tomada sobrepor 20A	Un	10	10,00	100,00
63	Fita isolante 10mt	Un	03	8,00	24,00
64	Canaleta dupla face	Un	12	14,00	168,00
65	Caixa embutir 2x4	Un	01	2,50	2,50
66	Interruptor + tomada embutir	Un	01	18,00	18,00
67	Mangueira corrugada 3/4	Mt	06	2,50	15,00
68	Chuveiro elétrico 7500w	Un	01	89,00	89,00
69	Revestimento 32x60cm	M ²	20	29,90	598,00
70	Cerâmica piso 45x45cm	M ²	46	36,90	1.697,40
71	Argamassa ac2 20kg	Sc	30	26,00	780,00
72	Alvenarite 1lt	Un	02	16,00	32,00
73	Rejunte flexível	Kg	10	7,00	70,00
74	Tijolo 9 furos 24x11x14cm	Un	600	1,56	936,00
75	Cal comum 20kg	Sc	06	19,90	119,40
76	Massa fina 20 kg	Sc	06	19,90	119,40
77	Areia média	M ³	02	229,00	458,00
78	Areia grossa	M ³	05	235,00	1.175,00
79	Pedra brita	M ³	05	120,00	600,00
80	Cimento 50kg	Sc	35	45,90	1.606,50
81	Pedra areia 19cm	Un	100	6,90	690,00
Total: R\$ 42.295,90 (quarenta e dois mil, duzentos e noventa e cinco reais e noventa centavos)					
LOTE 2 – MÃO DE OBRA:					
Item	Descrição	Ref	Quant.	Valor unit. R\$	Valor total R\$
01	Etapa 1 – Alicerce (fundação e base)	Mão de obra	01	4.000,00	4.000,00
02	Etapa 2 – Levantamento da estrutura (paredes, cobertura e divisórias internas)	Mão de obra	01	6.000,00	6.000,00
03	Etapa 3 – Pintura	Mão de obra	01	3.250,00	3.250,00
04	Etapa 4 – Conclusão (acabamentos finais, revisão e limpeza pós-obra)	Mão de obra	01	3.250,00	3.250,00
Total: R\$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais)					

15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, mediante a seguinte dotação:

(55) 9 9199-9431

www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br

pmsaopedro@hotmail.com - gabinetepmsaopedro@hotmail.com

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões
Todos Por São Pedro

ADM: 2025-2028



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

06 – Sec. Mun. De Assistência Social

05.03.18.542.0006.1017 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADES
HABITACIONAIS

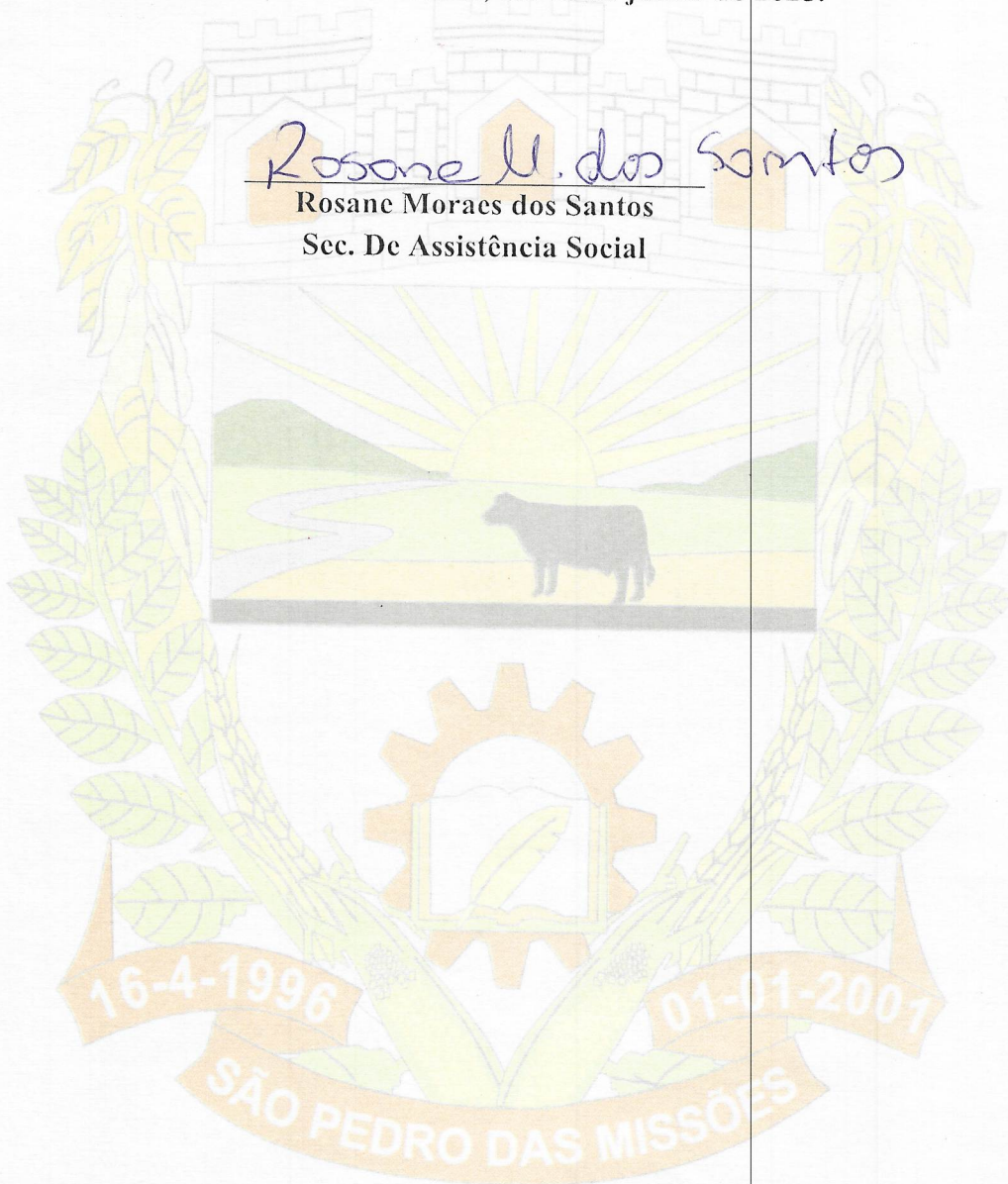
4490.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES.

São Pedro das Missões/RS, em 13 de junho de 2025.

Rosane M. dos Santos

Rosane Moraes dos Santos

Sec. De Assistência Social



(55) 9 9199-9431

www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br

pmsaopedro@hotmail.com - gabinetepmsaopedro@hotmail.com

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de

São Pedro das Missões

Todos Por São Pedro

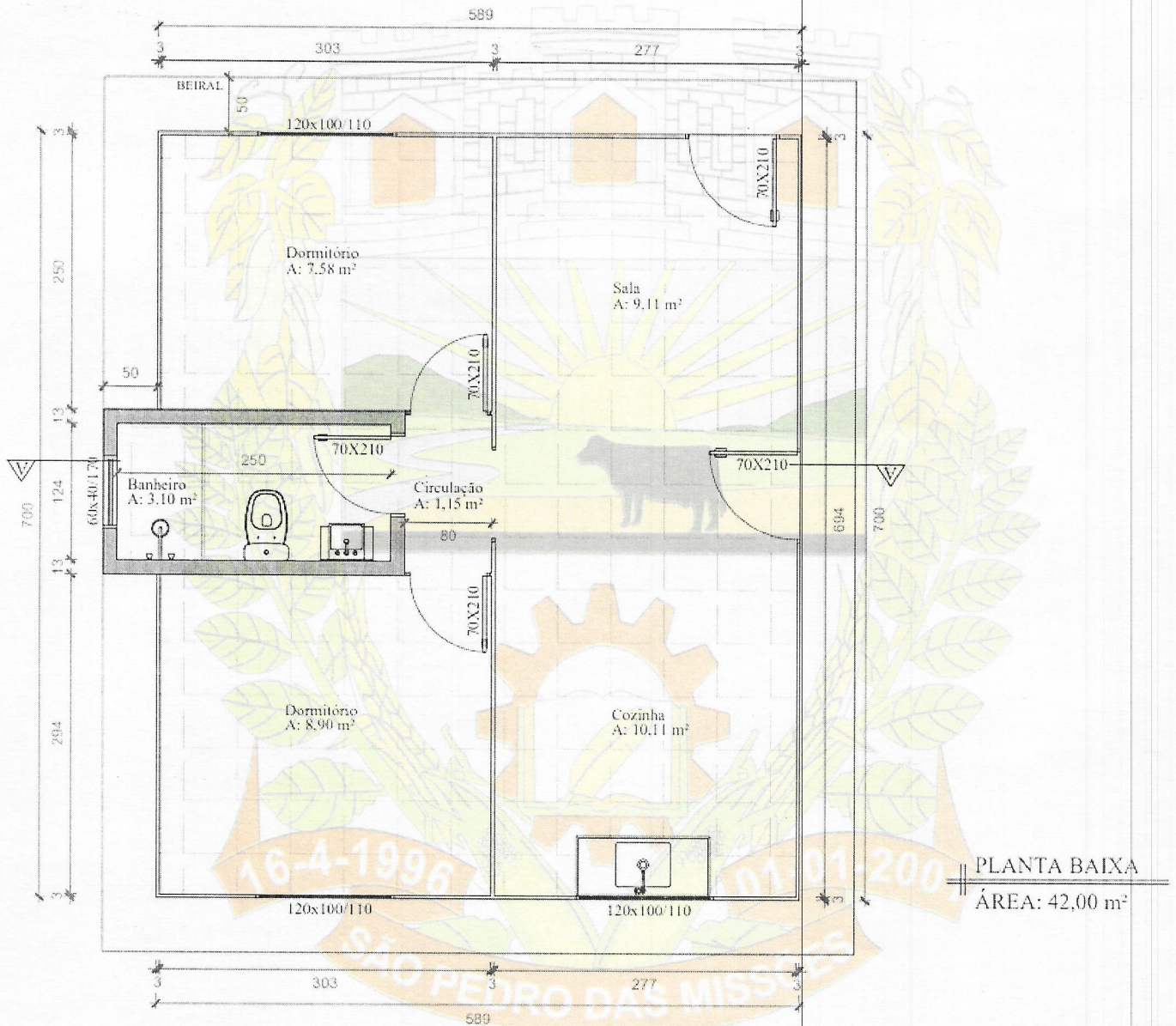
ADM. 2025-2028



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

ANEXO I

Projeto Unidade Habitacional:



(55) 9 9199-9431

www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br

pmsaopedro@hotmail.com - gabinetepmsaopedro@hotmail.com

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões
Todos Por São Pedro

ADM: 2025-2028